

Resolução para Executiva Nacional do PSOL

O PSOL NA LUTA PELA RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

1. Neste janeiro, estivemos presentes no ato que marcou a posse de Lula e representou o fim de quatro anos de um governo de profundos retrocessos. O simbolismo do novo presidente subindo a rampa do Palácio do Planalto ao lado de diferentes representações do povo brasileiro e as vozes que ecoaram “sem anistia” marcam um novo momento de retomada democrática. O pesadelo do governo Bolsonaro finalmente terminou, mas sabemos que a luta contra a extrema direita e o fascismo continua. Dias antes, Bolsonaro usou o avião da Presidência da República para fugir para os Estados Unidos, onde permanece tramando contra a democracia e cometendo crimes. Fora do cargo, ele agora pode dedicar-se a destruir provas e coagir testemunhas. Por isso, o PSOL pediu a decretação de sua prisão preventiva já no dia 2 de janeiro, antevendo o que poderia acontecer.
2. Os atos golpistas promovidos apenas uma semana após a posse de Lula provaram que o golpismo é uma ameaça que segue viva. Por isso é preciso levar adiante a mobilização popular em defesa da democracia e pela responsabilização dos golpistas. A convivência da Polícia Militar do Distrito Federal, da Guarda Presidencial e mesmo das Forças Armadas diante da tomada dos prédios dos Três Poderes no dia 8 de janeiro, revelaram que a infiltração bolsonarista nas forças de segurança segue sendo um problema grave que deve ser enfrentado com firmeza e prioridade. A resposta das instituições, do governo Lula, do Congresso Nacional, dos governadores e do STF, com a prisão de mais de 1500 participantes dos atos terroristas, foi fundamental. Assim como foi importante a reação dos movimentos sociais com a convocação unitária de manifestações por parte das frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular.
3. Essas respostas isolaram socialmente o golpismo. O afastamento do governador e a intervenção federal nas forças de segurança do DF também foram medidas profiláticas, assim como a substituição do comandante do Exército. Mas é preciso ir além, identificando os financiadores, cassando o mandato dos deputados que incentivaram os atos golpistas e responsabilizando todos os envolvidos. Nossa bancada parlamentar no Congresso Nacional pediu a abertura de inquérito contra mais de uma dezena de parlamentares bolsonaristas que estimularam os atos golpistas em Brasília, levando a PGR a abrir investigação contra três deles, entre outras iniciativas que marcam a luta pela responsabilização dos golpistas. Com a campanha “Bolsonaro preso: sem anistia!” lançada em janeiro, o PSOL também recolheu mais de 300 mil assinaturas pedindo a prisão de Jair Bolsonaro e a abertura de uma CPI para investigar os atos golpistas.
4. Neste cenário, o novo governo completa dois meses diante de enormes desafios. Desde o golpe de 2016 o Estado brasileiro foi sendo reordenado em desfavor da classe trabalhadora e do povo pobre. O resultado é de devastação: são 30 milhões de brasileiros e brasileiras passando fome, 66 milhões de pessoas vivendo com uma renda mensal de até R\$ 497, 14 mil obras paralisadas e recorde de trabalhadores e trabalhadoras na informalidade – quase 40 milhões. Investir em

políticas sociais é o primeiro passo para enfrentar a imensa desigualdade brasileira e superar o quadro de tragédia deixado por Bolsonaro. Mas as tensões entre o novo governo Lula e o mercado revelaram-se mesmo desde antes da posse, quando da aprovação da PEC do Bolsa Família. Aquele foi um primeiro teste de fogo. O PSOL lutou por sua aprovação desde o primeiro momento para viabilizar o necessário investimento do Estado no combate à fome e na geração de renda aos mais pobres. Nesta queda de braço com o mercado, não temos dúvida em lutar contra os defensores do ajuste fiscal que, com apoio da grande mídia, chamaram a emenda constitucional de “PEC da ganância”.

5. A gravidade do legado dos últimos anos ficou evidente também na crise humanitária enfrentada pelo povo Yanomami. As imagens da desnutrição de crianças e idosos chocaram o Brasil. O engajamento pessoal do presidente Lula e da ministra dos povos indígenas, nossa companheira Sônia Guajajara, em viagem a Roraima, deu a senha para uma ação contundente por parte do Ministério da Justiça de combate ao garimpo ilegal, este incentivado pelo governo anterior em todos os níveis. Além de comprovar o crime de genocídio – como foi documentado pelo Ministério dos Direitos Humanos em relatório publicado dias atrás – a crise humanitária na terra indígena Yanomami revela as relações espúrias entre o governo Bolsonaro, o garimpo ilegal, o sistema financeiro e as autoridades do estado de Roraima. Ao enterrar de vez o projeto que autoriza a mineração em terras indígenas, cuja urgência foi aprovada na Câmara dos Deputados graças a Arthur Lira, a tragédia Yanomami marca uma nova fase para os movimentos sociais e órgãos como o Ibama, a Polícia Federal e a Funai. Para o PSOL, a luta em defesa da Amazônia é chave para construir um projeto soberano e radicalmente ecológico de país, com desmatamento zero e garantindo a dignidade aos povos indígenas.
6. A luta pela defesa da Amazônia, assim como de todos os biomas brasileiros, é parte fundamental das medidas urgentes para frear a crise climática sem paradigmas a qual o mundo e o Brasil estão mergulhados. Este verão mais uma vez foi marcado pela intensificação das chuvas torrenciais, que atingiram desta vez o litoral norte de São Paulo, registrando o maior volume de chuva que se tem conhecimento na história do país! O resultado mais uma vez é devastador para as comunidades mais pobres, tradicionais, caiçaras, caipiras, ribeirinhos, moradores de favelas, negras e negros é quem pagam a conta mais alta na injustiça climática. Já são aproximadamente 60 mortos, dezenas de desaparecidos e milhares de desalojados. Mas o caos climático vem sendo marcado também por uma das maiores estiagens da história do Rio Grande do Sul, destruindo especialmente a produção de centenas de milhares de famílias de pequenos agricultores, e levando mais de 200 municípios a decretarem estado de emergência. Foi muito acertada a iniciativa do governo federal de destinar R\$ 300 milhões para assistir os pequenos agricultores daquele Estado, mas é necessário ir à raiz do problema e tirar do papel as sérias medidas assinaladas pelo grupo de meio ambiente da comissão de transição, indo além do Acordo de Paris, sobretaxando grandes poluidores como o agronegócio e o setor da mineração, criando políticas de incentivo fiscal e de crédito para a transição para matrizes energéticas verdes, reconstruir o sistema fiscalizatório ambiental realizando concursos para ICMBio, IBAMA e FUNAI. Neste sentido as empresas do próprio governo devem ser as primeiras a mudarem suas políticas que acumulam para o agravamento das mudanças climáticas, por isso nos somamos a iniciativa do Ministério do Meio Ambiente que condenou a iniciativa da Petrobrás em iniciar a exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas, uma região extremamente sensível

para o equilíbrio da diversidade da floresta, e que pode ser irreversivelmente atingida pela exploração de combustíveis fósseis.

7. O governo Lula iniciou com sinalizações positivas que tiveram apoio do PSOL, como a continuidade do pagamento de R\$ 600 através do Bolsa Família, a retomada do programa Minha Casa, Minha Vida, a política de valorização dos trabalhadores e trabalhadoras da reciclagem, o reajuste do salário-mínimo com recomposição das perdas inflacionárias do último ano, o aumento da isenção do Imposto de Renda para dois salários-mínimos e o reajuste das bolsas de pesquisa. Merece destaque a luta travada publicamente por Lula – e pela bancada do PSOL – contra a política de juros do Banco Central, presidido pelo bolsonarista Roberto Campos Neto, que colocou na ordem do dia a mudança da política econômica herdada de Paulo Guedes. Embora a relação de forças no Congresso Nacional não permita a imediata revogação da autonomia do BC, a luta em torno da taxa de juros contribui para criar na sociedade uma maioria a favor dessa medida, além de afrontar diretamente os interesses do rentismo.
8. Está aberto, portanto, um debate sobre os rumos da política econômica brasileira. Sem dúvida, é necessário enfrentar os principais desafios no terreno da economia com o controle da inflação, a retomada do crescimento com respeito ao meio ambiente, a reforma tributária progressiva e o novo marco fiscal que substituirá o famigerado teto de gastos. Neste quadro, a simplificação de tributos anunciada pela equipe econômica do novo governo é positiva, mas insuficiente. O PSOL defenderá uma reforma tributária que combata a regressividade no modelo tributário brasileiro, tal como defendido pelo presidente Lula durante a campanha eleitoral. Queremos mais impostos para os super ricos e menos tributos sobre a renda e o consumo das famílias trabalhadoras e população negra. Também defenderemos um pacote de revogações para superar o legado do golpe, partindo do relatório produzido pela Fundação Lauro Campos e Marielle Franco que foi apresentado durante transição do novo governo como um passo importante para enfrentar a fome, gerar emprego e renda, ampliar direitos sociais, a democracia, defender o meio ambiente e os povos originários.
9. Isso vale também para o novo marco fiscal. O Brasil não pode seguir refém do tripé neoliberal composto de superávit primário/câmbio flutuante/metastabilidade de inflação. Além de revogar o teto de gastos, o novo marco fiscal deve colocar o crescimento econômico com respeito ao meio ambiente, a geração de empregos e a distribuição de renda como objetivos finais. Uma economia como a do Brasil tem todas as condições de conviver com taxas de inflação superiores às definidas hoje pelo Banco Central sem gerar uma corrosão na renda das famílias. Além disso, é preciso lutar para retomar o controle sobre empresas públicas estratégicas, como a Eletrobrás e a Petrobrás – a primeira, privatizada; a segunda, vítima de um desmonte sem precedentes.
10. Na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados, o PSOL não esqueceu da parceria de Lira e do Centrão em favor de Bolsonaro e do garimpo ilegal. Lançamos a candidatura do companheiro Chico Alencar e não cancelamos o acordo dos partidos da base em torno da

reeleição de Lira. Foi um momento importante de afirmação de nossa identidade e nosso compromisso com a superação do bolsonarismo. Quem foi parceiro do governo anterior, barrando dezenas de pedidos de impeachment contra o ex-presidente, não pode ser visto como aliado da reconstrução do Brasil.

11. O PSOL aprovou ser base do governo Lula no Congresso Nacional e reafirma seu compromisso com o projeto de mudanças que o Brasil precisa atravessar. Nossa bancada na Câmara dos Deputados, liderada pelo companheiro Guilherme Boulos, apoiará todas as medidas que tenham como propósito “desbolsonarizar” o país e restituir os direitos sociais subtraídos desde o golpe de 2016. Lutaremos, nas ruas e no parlamento, para que o programa vitorioso nas urnas seja cumprido e para que mais conquistas possam ser asseguradas. As grandes batalhas neste início de governo, portanto, passam pela reconstituição dos direitos sociais dilapidados pela aliança liberal-bolsonarista; pela mudança da política econômica herdada de Paulo Guedes e Campos Neto; pelo enfrentamento ao golpismo e defesa da democracia; e pela reconstrução das políticas ambientais e de proteção aos povos indígenas.

12. Sabemos que nossas lutas não se encerram nas tribunas do parlamento ou no diálogo com o novo governo. A mobilização é a principal chave para garantir, em primeiro lugar, que o programa que foi eleito nas urnas possa ser aplicado e, a partir disso, ampliar a democracia e a participação, os direitos sociais e democráticos e o respeito à natureza. Apoiaremos as lutas dos movimentos sociais por mais direitos. Entre as prioridades, apontamos o seguinte calendário para o primeiro semestre:

- 03 de Março: Marcha Mundial Pelo Clima, dia global de luta contra as mudanças climáticas, defesa da natureza, dos povos originários e tradicionais, dos biomas, da transição energética e ecológica.

- 8 de março: fortalecer as mobilizações do movimento feminista contra a violência de gênero, por igualdade salarial e em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres;

- 14 de março: realizar atos em todo o país lembrando os cinco anos do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes e exigindo das autoridades #JustiçaPorMarielleeAnderson;

- 21 de Março: Dia Internacional Contra a Discriminação Racial

- 22 de março: Dia Nacional de Lutas pela aplicação do reajuste no piso e carreiras dos/as trabalhadores/as em educação convocado pela CNTE

- 31 de março: apoio às mobilizações por justiça, memória e verdade e pela punição dos culpados pelos crimes cometidos durante a Ditadura Militar;

- 17 de abril: apoiar e fortalecer as mobilizações dos movimentos sociais no dia internacional de luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais pela reforma agrária

- 24 a 28 de abril: mobilização para o Acampamento Terra Livre em Brasília em apoio à luta dos povos indígenas por demarcação de suas terras e respeito aos seus direitos;

- 1º de Maio: engajamento total da militância nos atos convocados pelas Centrais Sindicais reivindicando a restituição dos direitos trabalhistas revogados pela reforma de Michel Temer.

- 28 de junho: apoio às mobilizações dos movimentos sociais no Dia Internacional da Visibilidade LGBTQIA+.